Governança ambiental em disputa: desmonte institucional e reconstrução do PPCDAm na Amazônia Legal (2020–2024)

Environmental governance in dispute: institutional dismantling and reconstruction of PPCDAm in the Legal Amazon (2020–2024)

Fernanda Ariadna Lopes Leite
Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil
Bruna Rocha
Doutoranda em Geografia (IGCE/UNESP). Botucatu, SP, Brasil
Lorena Cândido Fleury
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil

GT 07 – Desenvolvimento Rural, territorial e regional

Resumo: O estudo analisa a inflexão da política ambiental brasileira entre 2019 e 2024, com foco no desmonte e na posterior reconstrução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), tomando o município de Lábrea (AM) como estudo de caso. A metodologia baseia-se em análise documental de atos normativos e planos governamentais, aliada a dados secundários de desmatamento do INPE. Os resultados indicam que, entre 2020 e 2022, houve enfraquecimento institucional, redução da fiscalização e aumento expressivo do desmatamento. A retomada do PPCDAm em 2023, com enfoque em governança participativa e monitoramento integrado, contribuiu para a reversão dessa tendência, evidenciada pela queda dos índices de desmatamento. Conclui-se que a reconstrução institucional e a articulação intersetorial são fundamentais para a sustentabilidade socioambiental da Amazônia.
Palavras-chave: política ambiental, desmatamento, amazônia legal, governança, ppcdam.
Abstract: This study analyzes the shift in Brazilian environmental policy between 2019 and 2024, focusing on the dismantling and subsequent reconstruction of the Action Plan for the Prevention and Control of Deforestation in the Legal Amazon (PPCDAm), using the municipality of Lábrea (AM) as a case study. The methodology is based on documentary analysis of regulatory acts and government plans, combined with secondary deforestation data from INPE. The results indicate that, between 2020 and 2022, there was institutional weakening, reduced enforcement, and a significant increase in deforestation. The reinstatement of PPCDAm in 2023, with an emphasis on participatory governance and integrated monitoring, contributed to reversing this trend, as evidenced by the decline in deforestation rates. It is concluded that institutional reconstruction and intersectoral coordination are essential for the socio-environmental sustainability of the Amazon.
Keywords: environmental policy, deforestation, legal amazon, governance, ppcdam.

1. Introdução

A literatura aponta que a governança ambiental no Brasil tem sido marcada por disputas entre modelos produtivistas e perspectivas socioambientais. Porto-Gonçalves (2006) destaca a financeirização da natureza como elemento central das políticas recentes, já Acselrad (2010) enfatiza a exclusão de saberes tradicionais em modelos tecnocráticos, enquanto Krenak (2020) critica a mercantilização da vida. No contexto amazônico, Fearnside (2021) evidencia os impactos do desmatamento sobre o clima e os ciclos hidrológicos, reforçando a importância de políticas estruturantes como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm - 2004). No âmbito da governança ambiental, as disputas podem

ser demonstradas a partir da continuação – ou não – de uma política pública, como é o caso do PPCDAm.

Nesse sentido, o início do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), em janeiro de 2019, marcou uma inflexão significativa nas diretrizes da política ambiental brasileira, especialmente no que refere à governança da Amazônia Legal. Ao longo dos anos do governo, diversos atos normativos sinalizaram um processo sistemático de desmonte institucional e enfraquecimento da participação social nos espaços de decisão ambiental. Como reflexo desse contexto político-institucional, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE - 2025) sinalizam para o pior índice de desmatamento na Amazônia Legal dos últimos quinze anos, em torno de 13.038km² de área suprimida no ano acumulado de 2021.

Nesse contexto, o desmonte do PPCDAm e sua substituição por estratégias de caráter militarizado revelaram uma mudança na orientação da política ambiental, sendo fragilizada em decorrência da continuidade da ascensão da agropecuária. Por outro lado, a retomada do plano em 2023, na terceira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), sinalizou uma reconstrução institucional baseada na integração entre monitoramento, participação social e justiça climática no que concerne a principal política ambiental do país.

2. Objetivo e Metodologia

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do desmatamento no município de Lábrea (AM) e no estado do Amazonas, avaliando em que medida o desmantelamento e a posterior retomada do PPCDAm influenciaram mudanças sobre o desmatamento. Para isso, a pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em análise documental de decretos, planos governamentais e relatórios institucionais, além de dados secundários do INPE. O recorte temporal compreende o período de 2020 a 2024, permitindo avaliar o desmonte e a reconstrução das políticas ambientais.

O município de Lábrea, no estado do Amazonas foi selecionado como estudo de caso devido à sua localização, situado na zona Amacro, acrônimo referente aos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, considerada a nova zona de crescimento e desenvolvimento para o avanço da fronteira agropecuária; ademais os índices alarmantes de desmatamento colocam Lábrea nas primeiras posições da lista.

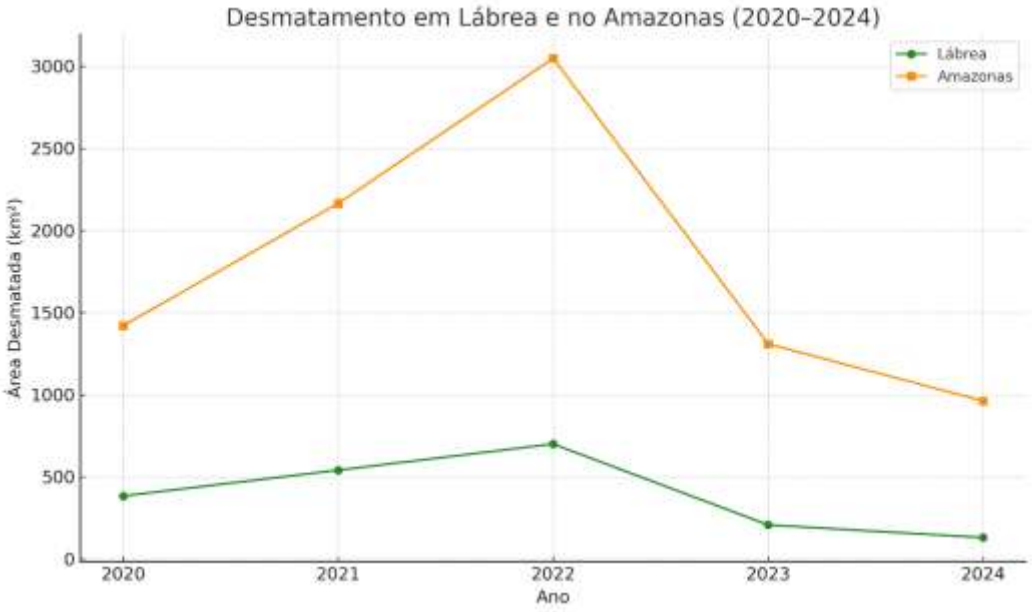
3. Discussão dos Resultados

Dados do INPE (2025) de incremento do desmatamento alertam aumento das taxas de desmatamento em 2020 com reflexos nos anos seguintes, tendo seu ápice em 2022, ano em que

são percebidas reduções significativas na fiscalização ambiental, paralisação de políticas territoriais, aumento da fronteira agrícola e recordes na exportação de comodities, o que se traduz em aumento expressivo do desmatamento. Em Lábrea, a área desmatada cresceu mais de 80% considerando esse mesmo período.

O ano de 2022 foi marcado por dois decretos que influenciaram diretamente no aumento do desmatamento, sendo eles o Decreto nº 10.966 de fevereiro de 2022 que instituiu a política de incentivo à chamada "mineração artesanal" na Amazônia, favorecendo a expansão de atividades extrativistas em áreas sensíveis e frequentemente sobrepostas a territórios indígenas e unidades de conservação; e o Decreto nº 11.018/2022 que manteve a reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), reduzindo de 93 para 23 membros, medida que fragilizou a representatividade da sociedade civil e concentrou o poder decisório em setores ligados ao governo e ao empresariado

Gráfico 1. Comparativo da evolução do desmatamento em Lábrea em relação ao estado do Amazonas no período de 2020 a 2024.



Fonte: INPE, 2025.

O gráfico acima demonstra que, embora Lábrea apareça como uma das cidades com maiores índices de desmatamento, ela acompanha, proporcionalmente, o desmatamento do estado do Amazonas no geral. A partir de 2023, ocorreu uma reversão da tendência de aumento, com redução consistente do desmatamento.

A nova fase o plano operativo (2023-2027) introduziu quatro eixos estruturantes: atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle, ordenamento territorial e

instrumentos econômicos. A retomada do PPCDAm se deu em meio a um esforço mais amplo de reconstrução institucional e de retomada do papel do Estado na governança ambiental. A recomposição dos conselhos participativos foi a ação que visava não apenas restaurar capacidades de fiscalização e controle, mas também recolocar os povos da floresta no centro da formulação de políticas públicas.

No caso de Lábrea, município duramente afetado pelo avanço da fronteira agropecuária e pela grilagem de terras, a retomada do PPCDAm significou a possibilidade de reverter tendências críticas de desmatamento e de promover ações articuladas de ordenamento territorial, regularização fundiária e incentivo a práticas sustentáveis, elementos essenciais para garantir um futuro sustentável e mitigar os efeitos das mudanças climáticas que já se fazem sentir na região.

4. Considerações finais

A análise evidencia que o desmonte institucional comprometeu a efetividade da política ambiental brasileira, enquanto a nova reconfiguração e a retomada do PPCDAm reforçam a importância da governança integrada, da participação social e da articulação interinstitucional para o enfrentamento do desmatamento na Amazônia, demonstrando a efetividade e capacidade das políticas de reverter tendências de degradação

A experiência recente reforça que políticas ambientais eficazes dependem de monitoramento técnico, participação social e integração entre escalas de governo. No contexto de crise climática, a Amazônia Legal deve ser tratada como patrimônio socioecológico estratégico, exigindo governança ativa e contínua.

Referências

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais*. Rio de Janeiro: FASE, 2010.
FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia e mudanças climáticas. 2021.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.
INPE. Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal, 2023–2025.
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Programa de Desflorestamento da Amazônia (PRODES)*. São José dos Campos: INPE, [s. d.]. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 9 fev. 2022.
KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.